

UNIVERSIDADE SANTO AMARO – UNISA
Curso: Tecnologia em Serviços Jurídicos, Cartoriais e
Notariais

Edpaula de Souza Santana RA 4530144
Ester Rody Strecht RA 4458036
Ingrid Indaiá Silva Souza RA 4532945
Luiz Ricardo Pereira Barbosa RA 4498038
Priscila Carlos de Oliveira RA 4392141
Vagner Ribeiro Silva RA 4344936

PROJETO INTEGRADOR EM SERVIÇOS
JURÍDICOS NOTARIAIS E CARTORIAIS I
A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS
JURÍDICAS (NPJ) E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A
SOCIEDADE

UNIVERSIDADE SANTO AMARO – UNISA

**Curso: Tecnologia em Serviços Jurídicos,
Cartoriais e Notariais**

Edpaula de Souza Santana RA 4530144

Ester Rody Strecht RA 4458036

Ingrid Indaiá Silva Souza RA 4532945

Luiz Ricardo Pereira Barbosa RA 4498038

Priscila Carlos de Oliveira RA 4392141

Vagner Ribeiro Silva RA 4344936

**PROJETO INTEGRADOR EM SERVIÇOS
JURÍDICOS, CARTORIAIS E NOTARIAIS I
A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS
JURÍDICAS (NPJ) E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A
SOCIEDADE**

Trabalho do curso de Tecnologia em Serviços Jurídicos, Cartoriais e Notariais da Universidade Santo Amaro – Unisa, como requisito parcial para aprovação da disciplina Projeto Integrador em Serviços Jurídicos I, sob a orientação do Prof. Jaldo Jones Silva Fortes.

Guarapari - ES

2021

Dedicamos esta pesquisa a todos que de alguma forma nos apoiaram para a realização da mesma, e em especial a cada um de nossos familiares pela compreensão, apoio e carinho incondicionais com que nos têm agraciado.

AGRADECIMENTOS

Somos gratos à instituição de ensino Universidade Santo Amaro – UNISA, que de várias formas contribuiu para o nosso desenvolvimento acadêmico.

Agradecemos a todos os professores da disciplina Projeto Integrador em Serviços Jurídicos, em especial ao nosso orientador, prof. Jaldo Jones Silva Fortes, que tem nos auxiliado com todo o carinho e dedicação, no desenvolvimento de nosso projeto.

Agradecemos ao coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), o senhor João Paulo Gunutzmann, o qual prontamente atendeu ao nosso pedido para esclarecimento de algumas questões a respeito da referida organização, objeto de nosso estudo, contribuindo de forma primordial no enriquecimento de nossa pesquisa.

Agradecemos ao senhor Orestes Peres Junior, líder administrativo do campus da UNISA situado em Guarulhos – S.P, por sua disposição em nos orientar e esclarecer nossas dúvidas com todo o seu conhecimento.

Igualmente somos gratos ao senhor Jacio Soares de Farias, supervisor de segurança do campus II da UNISA, situado em Santo Amaro, por ter nos fornecido os contatos dos colaboradores, sem os quais não conseguiríamos as informações imprescindíveis à elaboração desta pesquisa.

*“Só engrandecemos o nosso direito à vida
cumprindo o nosso dever de cidadãos do
mundo.”*

Mahatma Gandhi.

RESUMO

Esta pesquisa trata de um estudo feito sobre o NPJ – Núcleo de Práticas Jurídicas – modelo organizacional que atua dentro da Universidade Santo Amaro – UNISA, cujo propósito é o de proporcionar práticas jurídicas aos alunos do curso de Direito. E para tanto, foi criado um escritório que atende à comunidade carente da região de Santo Amaro e adjacências, prestando à esta população, serviços jurídicos na área do Direito de Família. O objetivo central desta pesquisa é entender como funciona esta organização, quais são os maiores desafios que enfrenta, sua contribuição para a sociedade e como encontrar soluções viáveis para os problemas detectados. Propõe-se, assim, analisar a influência deste sistema organizacional na vida da população carente, bem como dos estudantes do curso de Direito da UNISA, baseados no princípio de inclusão ao acesso jurídico, como também na prática jurídica.

Palavras-chaves: Núcleo de Práticas Jurídicas; Atendimento jurídico à comunidade carente; Prática Jurídica para alunos de direito.

SUMÁRIO

1) INTRODUÇÃO	8
2) HISTÓRICO DA EMPRESA.....	9
3) ESTRUTURA/MODELO ORGANIZACIONAL	10
3.1 – Fundamentos da Administração	10
3.2 – Planejamento Estratégico	11
3.3 – Estrutura Financeira	11
3.4 – Conduta Ética.....	12
3.5 – Gestão de Pessoas.....	13
3.6 – Estrutura Organizacional	15
3.6.1 - Organograma.....	15
3.6.2 – Entrevista.....	16
3.7 - Conclusão	17
4) CRONOGRAMA.....	18
5) REFERÊNCIAS	19

1) INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata sobre o Núcleo de Práticas Jurídicas da Universidade Santo Amaro (UNISA), criado em 1997 com fulcro na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a partir das indicações fornecidas pelo Parecer nº 776/97 da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Edital nº 4/97 da SESU/MEC, sistematizam, com base na Portaria nº 1.886, de 30 de dezembro de 1994.

O NPJ age na parte do direito da família, com o Escritório de Práticas Jurídicas (EPJ) no Campus II – Santo Amaro, em São Paulo. Trata-se de atendimentos gratuitos em ações de divórcio, alimentos, execuções de prestação alimentícia, reconhecimento de paternidade, alvarás, entre outras medidas que visam a proteção jurídica daquela população de baixa renda a qual não tem condições financeiras para a contratação de um advogado. Para tanto, utiliza-se o critério sócio econômico, que é o mesmo utilizado pela Defensoria Pública de São Paulo, ou seja, não se pode estar discutindo partilhas de bens, e a renda familiar não pode ser superior a dois salários mínimos, dando também, oportunidade de estágio para os alunos do sétimo período do curso de direito. O NPJ é um meio de acesso à justiça pela população carente.

2) HISTÓRICO DA EMPRESA

A UNISA tem uma tradição de mais de cinquenta anos, com diversos cursos e no ano de 1996 teve início o curso de Direito e sua primeira turma. Com a entrada em vigor da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, foi criado o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) em 1997, que começou como um escritório de práticas jurídicas para atendimento da comunidade mais carente, na região de Santo Amaro, onde alunos/estagiários, supervisionados por seus professores atendiam às demandas da área de Direito da Família em suas ações como: pedidos de divórcio; pedidos de alimentos; reconhecimento de paternidade entre outras ações de pequenas causas.

Com o passar dos anos, da experiência e credibilidade adquiridas, hoje o NPJ conta com um anexo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e tem O Juizado Especial Cível que atende causas da área cível de menor valor econômico (até 20 salários mínimos) e causas de menor complexidade, sendo que sua abrangência é regida pela lei 9099/95, popularmente denominado “pequenas causas”. Seu atendimento decorre das 12h30 às 17h00, de segunda à sexta-feira, já o escritório de práticas jurídicas (EPJ) atende com um horário mais amplo, que compreende das 13:00h às 22:00h.

Fachada do Campus II- Unisa, Santo Amaro, SP



Fonte: <https://www.noticiasdaregiao.com.br/unisa-com-inscricoes-abertas-para-o-seu-vestibular/>

3) ESTRUTURA/MODELO ORGANIZACIONAL

3.1 – Fundamentos da Administração

Tendo grande volume de procura, o Juizado busca atender as pessoas desde o início de sua demanda, ouvindo os fatos e buscando entender se cabe ação, se é possível entrar com uma ação. Não se tem uma estatística exata, porém, há um grande número de pessoas de baixa renda que são atendidas pelo juizado. Antes era feita uma consulta presencial, de tal forma que a pessoa levava os documentos necessários para que a equipe jurídica fizesse a análise e se possível, montasse o processo. Hoje tudo se resolve de maneira virtual, economizando papéis e buscando por vezes agilizar e dar mais celeridade às causas.

Já nesse período pandêmico, o volume na procura dos serviços no NPJ teve uma leve diminuída devido ao fato do atendimento remoto, porém, mesmo com toda a facilidade que os meios tecnológicos oferecem nos dias de hoje, muitas pessoas ainda tem dificuldades em anexar um documento, ou enviam de forma errada, mas mesmo assim a equipe de atendimento busca orientar aqueles que procuram os serviços da melhor forma possível para que assim todos sejam atendidos.

Justamente para acompanhar os sistemas do Tribunal de Justiça e para que os processos possam transitar de forma célere, o sistema informatizado conta com uma internet Banda Larga, que é contratada e cedida pelo Tribunal de Justiça, e também conta com o Sistema Operacional que o próprio Tribunal disponibiliza para o NPJ, o que torna propício para um atendimento eficiente e eficaz.

3.2 – Planejamento Estratégico

Todos os atendimentos ocorriam de forma presencial, até que a partir do ano passado (2020), devido à pandemia da Covid-19 os atendimentos tiveram que ser realizados de forma remota, seguindo as orientações do Ministério da Saúde, e seguindo a linha de atendimento do Tribunal de Justiça (TJ), disponibilizando canais de atendimento, como e-mails, WhatsApp, linhas telefônicas, onde os beneficiários passam as informações para que seja feita uma triagem dos atendimentos, garantindo, desta forma, uma prestação de serviços continuada.

“O que dificulta por um lado com o serviço remoto é a questão, de que nem todos têm acesso aos meios digitais hoje em dia, e por vezes quem tem acesso, não sabe como fazer. As pessoas mais idosas, e pessoas pobres, que não tem acesso a um equipamento, ou à internet, estão totalmente excluídas. Essas pessoas infelizmente estão sem poder reclamar os seus direitos, o que acarreta numa diminuição no atendimento.”

*(SILVA, João. Projeto Integrador. Guarapari ES: 11 mai. 2021.
Entrevista a Ester Strecht).*

3.3 – Estrutura Financeira

O NPJ existe como núcleo permanente para que seja feito estágio supervisionado dentro da instituição, sendo este um departamento necessário.

E por se tratar de uma obrigatoriedade do Direito, o mesmo funciona, independente da questão financeira ou de lucro, pois o lucro obtido com o NPJ é a excelência no aprendizado do aluno e na assistência daqueles mais carentes que procuram atendimento de forma gratuita. “Temos uma obrigatoriedade de existência. O Curso de Direito exige que exista um núcleo de prática jurídica para efeito de estágio supervisionado”. (SILVA, João. Projeto Integrador. Guarapari ES: 11 mai. 2021 Entrevista à Ester Strecht).

3.4 – Conduta Ética

Existe um regulamento no NPJ, onde a pessoa, assim que ingressa na instituição, assina um documento sobre a conduta ética, normas de serviços e regras a serem seguidas.

No NPJ, segue-se as normas de serviços do TJ. Para os advogados e estagiários, o Código de Disciplina da OAB.

Utiliza-se também, o manual e regulamento do NPJ.



Fonte: Jacio Soares de Farias- Colaborador do Campus II

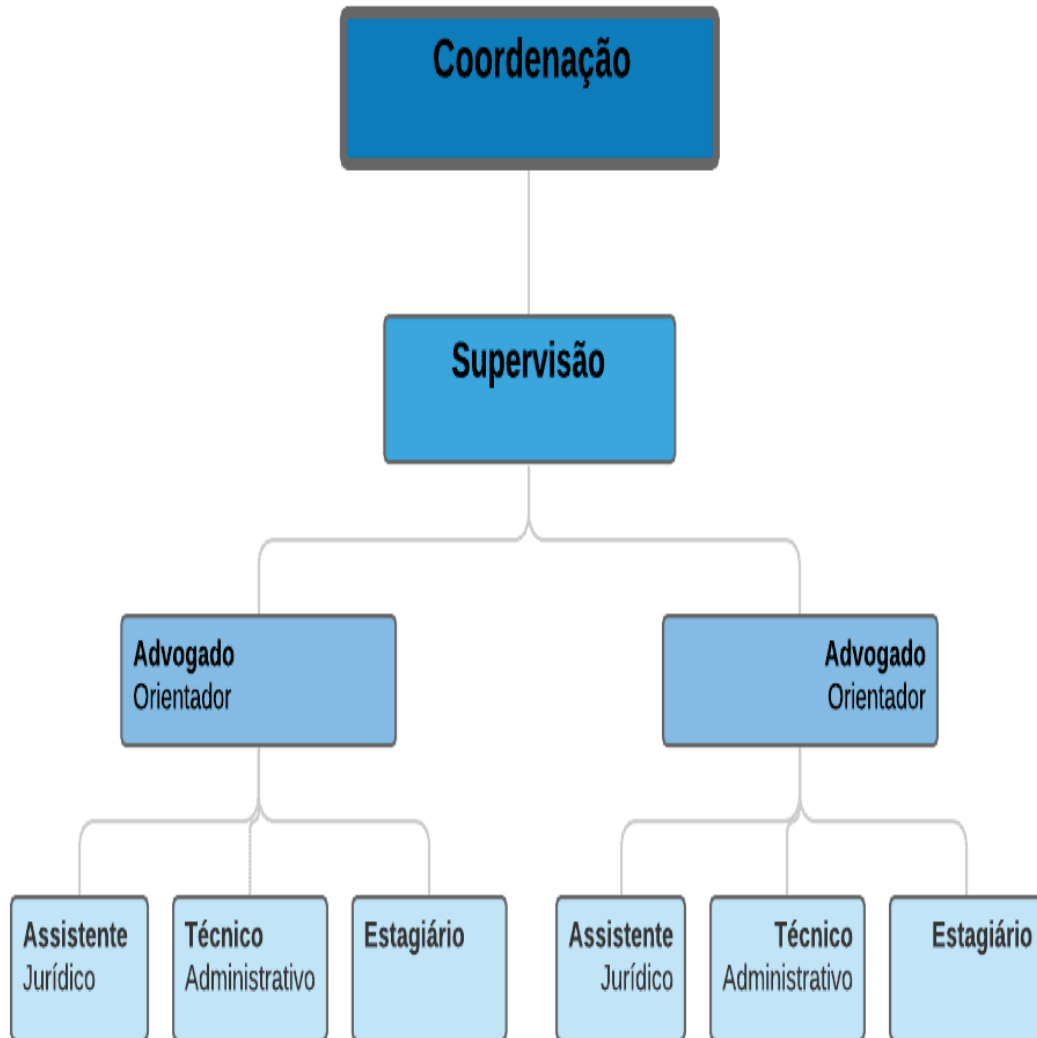
3.5 – Gestão de Pessoas

Buscamos propiciar ao estudante de Direito um aprendizado e prática mais vivencial, estagiando em uma área real do Tribunal de Justiça. Com uma estrutura organizacional completa, onde seus coordenadores são operadores do Direito, contando também com os supervisores, que são advogados os quais não são professores da instituição, porém são contratados para atender o público do Núcleo de Práticas Jurídicas, bem como orientadores para auxiliar o estudante da melhor forma possível.

O quadro conta também com os auxiliares administrativos, que captam os interessados e ajudam na realização da triagem e fazendo todo o trabalho auxiliar, e por fim, compondo a linha hierárquica estão os estagiários, que fazem todo o atendimento jurídico e acompanhamento dos casos, buscando sempre desempenhar o seu melhor para que o cidadão tenha um atendimento jurídico de alta qualidade.

3.6 – Estrutura Organizacional

3.6.1 - Organograma



3.6.2 – Entrevista

Perguntas enviadas ao senhor João Silva, coordenador do NPJ na Unisa:

Prezado João, esperamos que esteja bem, agradecemos pela disposição em nos ajudar respondendo nossas dúvidas sobre o NPJ, enriquecendo assim nosso trabalho.

Questionário:

1_ Não achamos nada em relação a história da criação do NPJ em nossas pesquisas, se tiver algo que seja relevante para nossa pesquisa será ótimo.

2_ Gostaríamos de saber como está a dinâmica no NPJ agora com a pandemia, o que de fato mudou, como está sendo os atendimentos?

3_ Quais os serviços mais prestados?

4_ Qual era a maior dificuldade do NPJ antes da pandemia, qual a dificuldade atual e como estão conseguindo resolver?

5_ Quais os diferenciais tecnológicos a organização utiliza nos seus processos?

6_ Em relação a sustentabilidade, o NPJ se responsabiliza por meio de algum projeto de reciclagem ou algo do tipo?

Ressaltamos mais uma vez, que não encontramos quaisquer dessas informações em nossas pesquisas.

Esteja à vontade para acrescentar qualquer informação.

Gratos desde já.

Entrevista cedida por, Silva João através do e-mail:

Prezada, boa tarde. (Coordenador do NPJ).

Sou colaborador da UNISA, atuando como coordenador no Núcleo de Práticas Jurídicas; também respondo para a reitoria, e para o TJ.

Atendemos pessoas assistidas em programas sociais da Universidade e que nos procuram de forma voluntária para demandas jurídicas do Juizado Especial Cível;

A Universidade possui programa contínuo de qualidade e aprimoramento em seus processos e funcionamento;

Em nosso departamento, não há atuação com fornecedores de produtos e serviços para a produção de bens ou itens;

Um dos nossos diferenciais ante ao mercado é a primazia no atendimento social e assistencial, além da promoção à cultura e educação ambiental, já que atuamos em diversos projetos que visam a educação nas comunidades, a proteção ambiental através de muitas ações sociais que levam em prática a sustentabilidade, controle de população de animais domésticos, promoção da saúde dentre outros.

3.7 - Conclusão

Podemos concluir com esta pesquisa, a importância da existência do núcleo de práticas jurídicas - NPJ da UNISA, tanto para o estagiário, aluno do curso de direito, quanto para a sociedade mais carente.

Observamos também, que o NPJ, juntamente com toda a universidade UNISA busca empregar a devida importância no que diz respeito à sustentabilidade e à ética, desenvolvendo práticas de reciclagem e projetos sociais voltados para a responsabilidade ambiental.

Por se tratar de um departamento necessário, não tem muito o que se falar em relação à diminuição de custos, visto que sua existência independe de questão financeira, lucro ou resultados.

Nos preocupa o fato de que, devido à pandemia do covid-19, todos os atendimentos tiveram que passar a ser feitos à distância, ou seja, on-line, e assim, os colaboradores estão trabalhando em home office. Portanto, quem tiver a necessidade de consultar um advogado ou entrar com uma ação jurídica através do NPJ, necessitará fazer tal solicitação de forma remota por meio de aplicativos. E como sabemos, nem todas as pessoas têm acesso a estes meios, e aqueles que têm nem sempre conseguem fazê-lo corretamente, podendo ocorrer problemas nos envios de dados, ou até mesmo dificuldades no momento de anexar documentos.

Acreditamos que agora, com grande parte da população já vacinada contra a covid-19, as pessoas estarão mais protegidas, e os rigorosos protocolos não serão mais necessários, de forma que o NPJ poderá retornar às suas atividades normais, prestando assim apoio às pessoas mais carentes e iletradas. Enquanto isto não acontece aqueles que necessitarem de assistência, poderão entrar em contato com um colaborador do NPJ por whatsapp. Acreditamos que, por ora, este será o meio mais viável para o acesso deste público.

4) CRONOGRAMA

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	MÊS	MÊS	MÊS	MÊS	TOTAL
	1	2	3	4	CH

ORIENTAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR	5 h				5 h
PESQUISA DE EMPRESAS	5 h				5 h
ABORDAGEM EM EMPRESA	4 h				4 h
COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES		5 h			5 h
ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES		5 h			5 h
CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS		5 h			5 h
APRESENTAÇÃO ESCRITA DA PESQUISA			10 h		10 h
APRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PESQUISA			5 h		5 h
CONCLUSÕES			1 h		1 h
FORMATÇÃO DO TRABALHO				2 h	2 h
PREPARAÇÃO PARA A ENTREGA				2 h	2 h
PREENCHIMENTO DA FICHA DE IDENTIFICAÇÃO				1 h	1 h
ENTREGA DO PROJETO INTEGRADOR				X	-
TOTAL DE HORAS DESTINADAS AO PROJETO	14 h	15 h	16 h	5 h	50 h

5) REFERÊNCIAS

UNIVERSIDADE SANTO AMARO (UNISA), Brazilian: UNIVERSIDADE SANTO AMARO (Brasil). **UMA ANÁLISE JURÍDICA SOBRE O SISTEMA DOS**

JUIZADOS ESPECIAIS [SANTO AMARO,SP]. Âmbito jurídico especiais disponível em: <<https://amp.ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/uma-analise-sobre-o-sistema-dos-juizados-especias-constituicao-federal-e-as-leis-n-9-099-1995-2001-e12153-2009/>>. Acesso em: 01 de novembro de 2013.

UNIVERSIDADE SANTO AMARO (UNISA). **INAUGURA PRÁTICA JURÍDICA**. UNIVERSIDADE SANTO AMARO, disponível em: <<http://www.unisa.br/A-UNISA/Noticias>>. Acesso em: 05 de setembro de 2019.

UNIVERSIDADE SANTO AMARO (UNISA). **CLÍNICAS E ASSESSORIAS**. Disponível em: <<http://www.unisa.br/Unidades/Clinicas-e-Assessorias-26>>. Acesso em: 06 de maio de 2021.